

SUBSECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

A Secretária Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) é constituída pelo Escritório do Secretário Executivo e pelos Departamentos de “Acompanhamento, Políticas e Programas”; “Educação e Cultura”; “Desenvolvimento Social e Emprego”; “Ciência e Tecnologia”; “Comércio, Turismo e Competitividade” e “Desenvolvimento Sustentável”. Sua missão é apoiar os Estados membros em seus esforços para reduzir a pobreza e conseguir maior desenvolvimento econômico e social, apoiando o diálogo, no mais alto nível, dirigido a definir políticas e fixar prioridades nas áreas de desenvolvimento social, emprego, educação, cultura, ciência e tecnologia, comércio, turismo, competitividade e desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Além disso, promove, coordena e facilita a execução de programas, projetos e atividades nestas áreas, voltados especialmente ao fortalecimento institucional, construção de capacidades e implementação de políticas públicas eficazes.

Escritório do Secretário Executivo (OSE)

Em 2006 a SEDI, por intermédio do Escritório do Secretário Executivo, apoiou os órgãos políticos no âmbito do CIDI, coordenando suas ações com os diferentes escritórios da Secretaria, vários dos quais organizaram reuniões ministeriais durante o ano. Continuou também a formular e implementar iniciativas de desenvolvimento que contribuem para o fortalecimento institucional, desenvolvimento de capacidade, estabelecimento de políticas bem-sucedidas de desenvolvimento e mobilização de recursos externos para apoiar esta causa. Nessas tarefas visa a basear suas atividades na promoção da cooperação horizontal entre os países membros, na colaboração com o setor privado e na formação de recursos humanos.

Em 2006 consolidou-se a relação de cooperação com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI) – a qual, mediante o programa *New Programming Approaches* (NPA), está apoiando quatro iniciativas implementadas pelo OSE – e deu-se um grande impulso à relação com o Instituto para a Conectividade das Américas (ICA), com o qual foi assinado um novo projeto de cooperação que garante um plano de trabalho de dois anos para a Rede de Líderes de Governo Eletrônico da América Latina e do Caribe (RED GEALC). Além disso, incorporou-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento ao grupo de entidades promotoras da RED GEALC, por intermédio da iniciativa Bens Públicos Regionais.

Na área de governo eletrônico, no âmbito da RED GEALC realizaram-se três workshops hemisféricos: Canadá (março), República Dominicana (agosto) e Colômbia (outubro), os quais reuniram os responsáveis pelo governo eletrônico dos países membros da RED GEALC e se dedicaram respectivamente à “experiência canadense em *e-government* (governo eletrônico)”, “modernização da gestão aduaneira por meio das tecnologias da informação e comunicação”, bem como “a interoperabilidade e a intranet governamentais”. Igualmente e mediante a iniciativa Fundo de Cooperação Horizontal (FOCOH) da mesma RED GEALC, em 2006 foram mobilizados 10 peritos da América Latina e do Caribe em *e-government* para compartilhar experiências. Ainda no mesmo ano a SEDI assumiu a liderança do *eGe* (*e-Government Effectiveness Task Force* – Força-Tarefa sobre Eficácia do governo eletrônico), um mecanismo

de coordenação e colaboração entre instituições constituído pelo Banco Mundial, BID, OEA, UNDESA, CEPAL, ICA e *Foundation Development Gateway*.

Nesse ano o OSE organizou em Kingston (Jamaica) um workshop sobre modernização de alfândegas mediante tecnologias da informação e a comunicação (TICs), que possibilitou a elaboração de dois projetos de transferência da solução alfandegária jamaicana, CASE, para Grenada e Antígua e Barbuda. A SEDI já conseguiu financiamento parcial para ambos os projetos e está em andamento a formalização de ambos para iniciar sua implementação. Ainda na área de governo eletrônico, o OSE completou em 2006 o número 17 de seu curso on-line de governo eletrônico e formou até esta data cerca de 2.000 funcionários provenientes dos 32 países da América Latina e do Caribe. O curso foi ministrado em espanhol, inglês e português e seus graduados são incorporados a um mecanismo virtual de colaboração e intercâmbio denominado “Foro e-Governo Eletrônico da OEA”.

Em 2006 o programa Municípios Eficientes e Transparentes (MuNet) atingiu a fase mais intensa de sua implementação. Na área de governo eletrônico foram capacitaram 186 funcionários públicos, foram apresentadas 21 estratégias de governo eletrônico aos 21 municípios participantes de 11 países da América Latina e teve início a implementação das ferramentas tecnológicas de apoio: MuniPortal, MuniCompra e MuniServi. Na área de cadastramento formalizou-se a relação de cooperação com os quatro municípios participantes, procedeu-se ao treinamento de recursos humanos nesses municípios e fizeram-se os desembolsos financeiros iniciais de apoio às iniciativas de cadastramento dos mesmos.

No tocante à cooperação com o setor privado, o OSE continuou a implementação do acordo com *Stewart Title International* após a conclusão do projeto de cadastramento e registro da propriedade realizado em Antígua e Barbuda. No último trimestre de 2006 o OSE realizou uma missão em conjunto com essa empresa a St. Kitts e Nevis com a finalidade de avaliar a possibilidade de replicar a bem-sucedida experiência de Antígua e Barbuda nesse país. Do mesmo modo, no âmbito do acordo com a Microsoft, procedeu-se à doação de um portal municipal de governo eletrônico ao Município de La Paz (Bolívia). Esta iniciativa está em fase de formalização. Por outro lado, o OSE assinou um acordo de cooperação com a empresa **ESRI** na área de sistemas de informações geográficas (SIG) em montante superior a US\$ 1 milhão.

O programa *Computers for Communities*, implementado com o apoio da ACDI, ICA e *Industry Canada*, realizou um concurso de projetos durante o ano, selecionando seis países (El Salvador, Guatemala, Guiana, Jamaica, Paraguai e Venezuela) para apoiar com capital semente que contribua para o estabelecimento de um programa de reciclagem de computadores nos países beneficiados.

No âmbito da Responsabilidade Social Corporativa, o OSE, com o apoio da ACDI e do Fumin-BID, continuou a apoiar as atividades de capacitação e conscientização que a FORO EMPRESA leva a cabo na região. Além disso, foi formulado e implementado um programa para promover a responsabilidade social corporativa nas pequenas e médias empresas no Caribe.

No período abrangido por este relatório, o “Fórum de Melhores Práticas das Américas” focou a importância das TICs para a gestão de processos eleitorais. Este fórum on-line, realizado em

colaboração com a Subsecretaria de Assuntos Políticos e Democráticos da OEA, permitiu a distribuição em toda a região de 300 exemplares da publicação bilíngüe inglês-espanhol *Introducción de las nuevas tecnologías en los procesos electorales*, na qual se analisam as experiências do Paraguai, do Panamá e da Colômbia. Além disso, acordou-se com a ACIDI a realização, em 2007, de um fórum sobre “Mitigação de desastres naturais mediante o uso das TICs”, em colaboração com o Escritório de Desenvolvimento Sustentável da SEDI.

Na primeira metade de 2006, o OSE atuou como entidade de apoio técnico e assessoramento ao Grupo de Trabalho responsável pela negociação e redação da “Declaração de São Domingos” e da resolução de apoio para a implementação da mesma [AG/RES. 2243 (XXXVI-O/06), aprovadas no Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA. A Declaração e a resolução contêm uma série de mandatos que estão sendo implementados pelo Escritório Executivo de SEDI.

Departamento de Acompanhamento, Políticas e Programas

Este Departamento é responsável pela coordenação e facilitação do apoio ao processo de definição e implementação, conforme o caso, das decisões no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI). As principais atividades do Departamento destinam-se a facilitar a tomada de decisão, por parte dos órgãos políticos, de realizar o acompanhamento dos mandatos desses órgãos. Além disso, o Departamento é responsável pela promoção, apoio, coordenação e facilitação da formulação e implementação de programas, projetos e atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento, especialmente por intermédio da administração do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI). Para cumprir estas funções agrupou suas atividades em duas seções: a) Acompanhamento de Reuniões Ministeriais, que atua como Secretaria do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI); e b) Avaliação de Programas e Projetos, responsável pela administração e avaliação do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) e de outros projetos e atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento.

A seção de Acompanhamento de Reuniões Ministeriais presta apoio técnico, substantivo e logístico, coordenando a preparação, desenvolvimento e acompanhamento das reuniões no âmbito do CIDI nos níveis tanto ministerial como técnico, bem como da Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI), seus órgãos subsidiários e da Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD). Além disso, apóia o Secretário Executivo/Diretor da Agência em suas relações com as Missões Permanentes, organismos internacionais e escritórios da Secretaria-Geral. É também responsável pela preparação (ou, conforme o caso, coordenação da preparação) dos projetos de resolução, declarações, estatutos, regulamentos e relatórios apresentados aos órgãos políticos competentes, bem como do assessoramento às autoridades desses órgãos e aos representantes dos Estados membros em geral.

No âmbito das atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento que administra a Seção de Avaliação de Programas e Projetos, há fundos de cooperação criados com contribuições de países para implementar projetos específicos, mas a maior atividade concentra-se na administração do FEMCIDI. Este Fundo tem em execução anualmente cerca de 100 projetos em todos os Estados membros nas áreas de educação, ciência e tecnologia, cultura, desenvolvimento

social, democracia, turismo, desenvolvimento sustentável e meio ambiente e comércio. Esses projetos, apresentados pelos próprios países, podem ter caráter nacional ou multinacional (regional ou hemisférico) e uma duração não superior a quatro anos. O Fundo vive das contribuições voluntárias dos Estados membros, que costumam destinar cerca de US\$ 8 milhões por ano. Para que um país se possa beneficiar da cooperação por intermédio deste Fundo é necessário que tenha contribuído para ele.

- Secretaria do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e seus Órgãos Subsidiários

No período que abrange este relatório, esta Secretaria coordenou o desenvolvimento das atividades em acompanhamento aos mandatos emanados da Assembléia Geral, da Décima Primeira Reunião Ordinária do CIDI e daqueles adotados nas diversas reuniões setoriais nos níveis tanto ministerial como de comissões interamericanas.

Em colaboração com outras dependências da Secretaria-Geral planejou, coordenou e apoiou os trabalhos preparatórios e a realização das seguintes reuniões setoriais: Terceira Reunião da Comissão Interamericana de Educação; Terceira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Cultura; Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia e Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável. Uma relação mais detalhada dos acordos adotados pelos Estados membros em cada uma das reuniões mencionadas consta das páginas respectivas às atividades de cada área setorial da SEDI.

Como Secretaria do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), planejou e coordenou a Décima Primeira Reunião Ordinária do CIDI. Em preparação para esta reunião foram organizadas as reuniões dos diversos órgãos e elaborados relatórios e documentos técnicos sobre os temas de sua competência. Contribuiu também para o intercâmbio de informações especializadas vinculadas com políticas de cooperação nas áreas prioritárias do Plano Estratégico constantes da agenda do CIDI.

Cumpram também mencionar que a Assembléia Geral, mediante sua resolução AG/RES. 2257 (XXXVI-O/06), resolveu estabelecer uma suspensão imediata e temporária na concessão de novas bolsas de estudo em 2006 para estudos de pós-graduação (PRA) e graduação (SPECAP) e que esta suspensão temporal permaneceria vigente até o CIDI e o Conselho Permanente aprovarem em reunião conjunta o novo mecanismo de concessão de bolsas de estudo. A Secretaria-Geral foi igualmente encarregada de, por meio da Secretaria da Comissão para o Fundo de Desenvolvimento Humano, apresentar à consideração da CEPCIDI uma proposta para que a administração do programa de bolsas de estudo se realize dentro da mais estrita observância das normas de competência, transparência e ética e recomendou à CEPCIDI que considere e aprove as modificações necessárias ao Manual de Procedimentos para os Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA, inclusive o estabelecimento de um teto máximo dos montantes anuais das bolsas de estudo individuais. O Departamento de Acompanhamento, Políticas e Programas tem oferecido apoio à Subcomissão de Políticas de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento nos trabalhos de negociação desse novo Manual.

Finalmente, o Departamento teve a seu cargo o apoio ao trabalho da Junta Diretora da AICD mediante o processamento de consultas eletrônicas e a organização de reuniões relativas à gestão dos projetos de cooperação técnica financiados com recursos do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI).

- Avaliação de programas e projetos
 - Programação do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) 2006

Baseando-se nos resultados e nas recomendações dos três primeiros ciclos de avaliação dos projetos financiados com recursos do FEMCIDI, a SEDI estruturou, a título de experiência-piloto, novos formatos de apresentação de propostas de projetos novos e de Plano de Trabalho para os projetos em andamento. No final do ciclo da programação FEMCIDI 2006, a Secretaria realizará uma análise do êxito obtido e/ou das deficiências observadas e fará os ajustes necessários.

A SEDI preparou o documento “Proposta Preliminar de Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2006”, que incluiu 110 propostas de projetos apresentadas por 33 países membros. Dos 110 projetos, 58 eram de andamento e 52 novos; 49 deles, por sua vez, eram multilaterais e 61 nacionais. O montante das solicitações desses projetos eleva-se a US\$12.205.172. O total dos fundos disponíveis para a programação FEMCIDI 2006 foi de US\$8.195.402,43 (este montante inclui as contribuições líquidas ao FEMCIDI 2005 e ao FEMCIDI 2006, bem como juros acumulados, fundos não-programados, não-executados e fundos devolvidos.).

O documento de Proposta de Programação, juntamente com a documentação pertinente aos projetos incluídos (proposta completa, relatórios de progresso, planos de trabalho, etc.), foi enviado aos membros das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES). A reunião das CENPES correspondente ao ciclo de programação FEMCIDI 2006 foi realizada de 7 a 9 de fevereiro de 2007. Os membros das oito Comissões fizeram a avaliação dos projetos e apresentaram à Junta Diretora da AICD suas recomendações sobre os projetos que deverão ser financiados e o nível de financiamento de cada projeto.

Apresenta-se, a seguir, o número de projetos incluídos na Proposta de Programação por conta e a distribuição dos recursos solicitados:

Comércio:	10 projetos por US\$1.187.206
Desenvolvimento Social:	17 projetos por US\$1.475.104
Educação:	26 projetos por US\$ 3.142.064
Cultura:	4 projetos por US\$353.319
Ciência e Tecnologia:	15 projetos por US\$1.522.374
Democracia:	7 projetos por US\$667.046
Turismo:	10 projetos por US\$1.333.359
Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente:	21 projetos por US\$2.524.700

O processo de Programação FEMCIDI 2006 implicou a realização, por parte da SEDI, de uma análise detalhada dos perfis de projetos apresentados pelos Estados membros. A SEDI escolheu um número determinado de perfis que atenderam aos critérios de seleção vigentes e que, além disso, refletiam um adequado equilíbrio temático e regional.

Em uma segunda fase, a SEDI prestou apoio técnico e administrativo devido às instituições dos perfis selecionados, a fim de garantir o desenvolvimento adequado e oportuno das propostas finais dos projetos. As propostas finais incompletas ou insatisfatórias foram retiradas da Proposta Preliminar de Programação.

- Execução FEMCIDI 2004

Em 2006 a SEDI, com a colaboração dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros, monitorou a execução e fez análise dos relatórios de progresso dos projetos, prestando apoio às instituições executoras quando surgiram dificuldades para a coordenação de ações, especialmente no tocante a projetos multinacionais.

A Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2004 incluiu 92 projetos – 52 multinacionais e 40 nacionais – que totalizaram o montante de US\$7.598.967,52. Cumpre destacar também que, por decisão da Junta Diretora, o período de execução dos projetos financiados com recursos do FEMCIDI 2004 foi mais longo do que o habitual de 12 meses (17 meses).

- Avaliação de projetos financiados pelo FEMCIDI

O terceiro ciclo de avaliações de projetos financiados com recursos do FEMCIDI concluiu em outubro de 2006. A mostra selecionada para este terceiro ciclo abrangeu 27 projetos financiados com recursos FEMCIDI 2001, 2002 e 2003. Na mostra de projetos selecionados estavam incluídos alguns de um ano de duração e outros de caráter multianual. Dos 27 projetos selecionados para avaliação por parte dos consultores independentes, 18 eram multinacionais e nove nacionais. Vinte e quatro deles receberam financiamento de US\$100.000 ou mais.

As avaliações indicam que em 96% dos projetos analisados mantiveram um elevado grau de coerência com as políticas e prioridades dos governos, bem como com as prioridades estabelecidas pelos Estados membros no âmbito da OEA. Uma proporção significativa dos projetos (74%) alcançou os resultados previstos, embora haja entre eles diferenças de grau; cerca de 26% produziram os resultados previstos, porém de maneira mais limitada. Além disso, pode-se afirmar que em boa parte (74%) estes projetos utilizaram adequadamente os recursos proporcionados e que a relação entre seus custos e resultados foi razoável. No tocante à sustentabilidade, esta categoria continua sendo a mais débil de todas as avaliadas e não registrou melhoria com relação à avaliação realizada durante o segundo ciclo: (somente em 63% dos casos se indicou que o fluxo de benefícios e impactos prosseguiria depois de concluído o projeto).

Como resultado acumulativo do primeiro, segundo e terceiro ciclo de avaliação, a SEDI identificou e agrupou as conclusões em três categorias de fatores: 1) fatores que contribuem para o êxito dos projetos; 2) fatores que dificultam o ótimo desenvolvimento dos projetos; e 3) lições

aprendidas (elementos a serem levados em conta para melhorar o processo de planejamento e execução de projetos). A finalidade destes fatores é facilitar o uso das conclusões tanto por parte das instituições coordenadoras e executoras como daquelas que apresentarem novas propostas de projetos e da Secretaria, de forma tal que se possa melhorar a formulação e implementação dos projetos e suas perspectivas futuras de sustentabilidade. Por esse motivo dividiu-se cada uma das três categorias em subcategorias, levando em consideração a formulação, administração, execução e sustentabilidade dos projetos. As informações foram transmitidas no início de 2007 à Junta Diretora da AICD, bem como aos Organismos Nacionais de Ligação (ONEs), os Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros e as instituições coordenadoras participantes em projetos.

Departamento de Educação e Cultura

A missão do Departamento de Educação e Cultura (DEC) é apoiar os Estados membros em seus esforços para garantir uma educação de qualidade para todos e proteger e utilizar seu rico patrimônio cultural como fator imprescindível para conseguir seu desenvolvimento econômico, social e humano. O Departamento realiza esta missão fomentando o diálogo político, o intercâmbio de conhecimento e a cooperação técnica. Em 2006 apoiou o diálogo político por intermédio da organização da Terceira Reunião de Ministros e Máximas Autoridades em Cultura e da Terceira Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Educação. Contribuiu também para a promoção da cooperação técnica para o intercâmbio de conhecimentos e estabelecimento de novas redes para formuladores de política, pesquisadores e especialistas em educação e cultura. Por intermédio de suas parcerias com os Estados membros e outros organismos, o DEC mobilizou US\$ 737.400 em 2006 e está em vias de mobilizar em 2007 cerca de US\$1,3 milhão proveniente de fontes externas para apoiar as iniciativas OEA nos campos de educação e cultura.

- Educação

Uma das funções mais importantes do Departamento é atuar como Secretaria Técnica das Reuniões de Ministros e das Comissões Interamericanas de Educação (CIE). As Comissões Interamericanas, constituídas por um representante de cada Estado membro, têm a incumbência de transformar os compromissos das reuniões ministeriais em ações concretas. O DEC apoiou a Terceira Reunião da CIE (outubro 2006) na avaliação do progresso de programas e projetos do Plano de Trabalho 2005-2007 aprovado pelos Ministros da Educação. Apoiou igualmente a realização das duas Reuniões de Autoridades da CIE e de sua Comissão Executiva (novembro de 2005, abril de 2006) para considerar o progresso de iniciativas existentes e avaliar 12 propostas de projetos, das quais foram aprovadas três para serem financiados parcialmente com fundos aprovados pela CP/RES. 831 (1842/02).

Em 2005, os Ministros da Educação recomendaram a execução do Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas. Como Secretaria Técnica o DEC convocou o Grupo Assessor (Bogotá, 19 a 21 de abril) para analisar o plano de trabalho do programa; iniciou uma pesquisa sobre as políticas e programas dos Estados membros nesse campo; ajudou a organizar o seminário “Boas práticas sobre educação cidadã” (Cidade do México, 6 a 8 de julho); e lançou um boletim on-line e o portal web (www.educadem.oas.org).

O DEC e o Ministério de Educação de Trinidad e Tobago lançaram a Rede Interamericana de Formadores de Professores em um seminário sobre políticas e práticas realizado de 26 a 29 de setembro. Com delegados, entre os quais havia diretores universitários, formadores de professores, formuladores de política, pesquisadores e funcionários de organismos internacionais do Hemisfério, analisaram desafios comuns e meios para enfrentá-los.

Em 2006, o DEC e peritos dos Estados membros elaboraram o projeto hemisférico “Políticas e estratégias para a transição bem-sucedida de crianças para a socialização e a escola”, que visa a complementar os esforços dos Estados membros na formulação, aperfeiçoamento e avaliação de políticas tendentes a melhorar a cobertura, qualidade e equidade no Desenvolvimento Infantil Precoce (DIT), das crianças de zero a oito anos de idade.

O DEC continuou a fazer parte do grupo assessor do Projeto Regional de Indicadores Educacionais (PRIE), cujo objetivo é consolidar a capacidade técnica dos escritórios de estatística dos Ministérios de Educação; promover maior uso de dados na formulação de políticas; e recolher e publicar dados sobre o progresso dos 34 países membros para alcançar as metas educacionais das Cúpulas das Américas. Além disso, desenhou o site www.prie.oas.org para divulgar os resultados do projeto.

- Cultura

Na qualidade de Secretaria Técnica da CIC, o DEC apoiou a realização da Reunião Extraordinária da CIC (Washington, 27 e 28 de março), a Reunião Preparatória para a Terceira Ministerial (Washington, 17 e 18 de agosto) e a Terceira Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura (Montreal, Québec). O objetivo da reunião de março foi a definição do formato da Reunião Ministerial e a aprovação do Plano de Trabalho da CIC 2006-2007, formulado pelas Autoridades da CIC e do DEC. No intuito de apoiar os Estados na definição e avaliação das atividades e melhorar sua qualidade, teve início o uso de um formulário desenhado pelo DEC para a apresentação de projetos.

Com relação à Terceira Ministerial de Cultura, a Reunião Extraordinária da CIC decidiu que o tema do diálogo ministerial se basearia nos princípios da Declaração de Mar del Plata, orientados para o intercâmbio de experiências entre os países. Os quatro temas ministeriais foram liderados pelos Estados Unidos, Brasil, Jamaica e Guatemala e contaram com apresentações de outros Estados membros, bem como de organizações da sociedade civil. Ao término da reunião, os Ministros aprovaram o Comunicado Final e uma Lista de Atividades Prioritárias.

Entre as atividades de cooperação horizontal constantes do Plano de Trabalho e destinadas ao intercâmbio de experiências e fortalecimento institucional destacam-se três workshops sub-regionais realizados em 2006 (Caribe – Trinidad e Tobago, março; América Central – México, julho; e América do Sul – Chile, setembro). Estes tiveram por objetivo comunicar o progresso e os desafios que enfrentam os Estados membros no desenvolvimento e na implementação de seus sistemas de informação cultural; divulgar as experiências do Canadá, México e Chile; e dar a conhecer o trabalho de organismos sub-regionais e internacionais na matéria. Em abril de 2007 será realizada na Colômbia uma reunião de síntese, concertação e planejamento com a participação de peritos internacionais, Estados membros de cada sub-região e organismos

internacionais e sub-regionais para formular uma proposta de linhas de ação e atividades específicas a serem apresentadas à Terceira Reunião da CIC prevista para o segundo semestre de 2007.

Por motivo da Terceira Ministerial foi atualizada a Carteira Permanente de Programas Promissores em Cultura, do qual constam os programas que os ministérios e autoridades de cultura querem compartilhar com seus pares. Em dezembro realizou-se em Honduras um workshop para compartilhar a experiência do Programa de resgate e promoção da produção artesanal, indígena e tradicional (PROPAITH), que contou com a participação de 10 Estados membros e um número igual de representantes nacionais. O DEC visa a melhorar os mecanismos utilizados para compartilhar estas experiências e fortalecer o acompanhamento posterior para avaliar o impacto destas atividades.

Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT)

A fim de levar adiante ações específicas de forma mais eficaz, de acordo com os mandatos da OEA, o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) foi reorganizado no segundo semestre de 2006.

Neste contexto reconheceu-se a prioridade da iniciativa Engenharia para as Américas (IpA). Os decanos das faculdades de engenharia, altos funcionários dos governos e representantes da indústria formularam em 2006, em conjunto com o DCT, um plano de ação para definir os objetivos e os meios para conseguir garantias de qualidade na carreira de engenharia. Foi apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento, um projeto piloto com a participação de quatro países: República Dominicana, Jamaica, Panamá e Trinidad e Tobago.

- Metrologia

Mediante o programa de metrologia, o DCT apóia aos Institutos Nacionais de Metrologia (NMIs) nos 34 Estados membros da OEA e preparou um plano de expansão para o ano 2007.

- Energia

O Departamento de Desenvolvimento Sustentável e o de Ciência e Tecnologia trabalham em conjunto para implementar fontes alternativas de energia renovável. No Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a realizar-se no Panamá, serão propostas ações específicas para a promoção de políticas em matéria de energia, melhorias do meio ambiente e de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

- Temas de gênero

O Departamento de Ciência e Tecnologia continua a promover, no âmbito internacional, a perspectiva de igualdade e equidade de gênero na criação do conhecimento. O objetivo é aumentar a capacidade nacional de conhecimentos científicos na região, o qual também foi reconhecido como prioridade na Primeira Reunião Hemisférica de Ministros e Altas Autoridades

de Ciência e Tecnologia. Levando isso em consideração e em coordenação com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), o *Gender Advisory Board* da UNCST e a Cátedra Regional UNESCO: Mulher, Ciência e Tecnologia na América Latina, o DCT preparou uma proposta de programa para doadores que apoiem a implementação desta iniciativa hemisférica neste tema.

- Popularização da ciência

O DCT preparou em 2006 um documento preliminar que reconhece o jornalismo científico como componente essencial da capacidade nacional em ciência, tecnologia e inovação na promoção do desenvolvimento social e econômico.

- Promoção da participação da sociedade civil

O DCT preparou e organizou o foro virtual “Governabilidade e Desenvolvimento na Sociedade do Conhecimento” como parte do trabalho da OEA de promover e facilitar o diálogo e a contribuição da sociedade civil na Assembléia Geral. As recomendações deste foro foram apresentadas aos Ministros das Relações Exteriores, aos Chefes de Delegação dos Estados membros e ao Secretário-Geral durante o diálogo com a sociedade civil por ocasião do Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral realizado em São Domingos, República Dominicana.

Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego

A tarefa principal do Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE) é oferecer apoio aos esforços dos Estados membros para avançar no desenvolvimento com equidade por meio da promoção de políticas e programas de redução da pobreza, bem como incentivo ao trabalho decente e geração de emprego. Cumpre estes objetivos mediante atividades integradas nas seguintes áreas: i. promoção do diálogo interamericano em matéria de desenvolvimento social, trabalho e emprego; ii. incentivo à cooperação solidária para o desenvolvimento; e iii. coordenação de ações com outros organismos internacionais, acadêmicos, do setor privado e da sociedade civil.

- Desenvolvimento Social

Em acompanhamento aos trabalhos relacionados com a negociação da Carta Social das Américas e seu Plano de Ação, o DDSE prestou serviços de secretaria técnica ao Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI encarregado desta tarefa. Igualmente, na qualidade de secretaria técnica da Rede Social para a América Latina e o Caribe, o DDSE apoiou a coordenação de sua XIII Conferência Anual, realizada em agosto em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, e continuou a administrar o fundo voluntário da Rede. Em acompanhamento aos acordos alcançados, colaborou estreitamente com a presidência da Rede Social, atualmente exercida pelo FOSIS, do Chile, para a programação das atividades de cooperação que serão implementadas em 2007.

Por iniciativa do Banco Mundial, o DDSE, juntamente com o BID e a CEPAL, iniciou os trabalhos para a redação de um documento interagencial sobre o impacto da aplicação do enfoque

de direito no desenho e implementação das políticas sociais. Foram escolhidos como estudos de casos quatro países da região: Chile, Guatemala, Peru e Uruguai.

- Emprego

Foi concluído o projeto “O desenvolvimento das micro e pequenas empresas como uma estratégia para gerar emprego e combater a pobreza nas Américas”, o qual contou com o patrocínio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional. O projeto focou a análise e a identificação de estratégias de desenvolvimento social e geração de emprego baseadas na promoção das micro e pequenas empresas. Nesse âmbito e para analisar as implicações dos mandatos específicos sobre esta matéria emanados da Quarta Cúpula das Américas, realizou-se uma reunião de trabalho com a Comissão Diretora do Congresso de PMEs das Américas. Foi também elaborado o documento “Microempresas, pobreza e emprego na América Latina e no Caribe. Uma proposta de trabalho”, apresentado em uma reunião técnica que reuniu Ministérios do Trabalho, da Economia e membros da Rede Social. Neste mesmo campo, durante o ano foram incorporados ao DDSE dois programas de alto impacto para a geração de emprego: Programa de Compras Governamentais e Programa para o Desenvolvimento da E-MIPYME.

Com o apoio da Missão dos Estados Unidos junto à OEA e da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, o Programa de Compras Governamentais coordenou a realização de cinco Seminários-Workshop e uma Conferência Interamericana da qual participaram Altos Executivos a cargo de Escritórios Nacionais de Compras Governamentais dos Estados membros da OEA: 1) “Participação Competitiva da MIPYME em Compras Governamentais”, México, maio de 2006, 34 participantes de 14 países; 2) “Harmonização de Práticas em Compras Governamentais”, Costa Rica, julho de 2006, 15 participantes de 11 países; 3) “Desenvolvimento Profissional e Capacitação em Compras Governamentais”, Equador, setembro de 2006, 11 participantes de seis países; 4) “Estratégias para o Desenvolvimento de E-Compras Governamentais”, Brasil, setembro de 2006, 15 participantes de 12 países; e 5) “Vinculação de Compras Governamentais com Sistemas Financeiros”, Paraguai, 23 participantes de 14 países. A III Conferência das Américas em Compras Governamentais realizou-se no Peru, em novembro de 2006 com 35 participantes de 18 países.

O Programa contribuiu também para informar sobre avanços na modernização de compras governamentais no Hemisfério por intermédio do site da Rede e para o desenvolvimento de iniciativas para a institucionalização da cooperação técnica em compras governamentais.

No período abrangido por este relatório concluiu-se também a Segunda Fase do Projeto E-MIPYME da América Central e Panamá, realizado com o apoio do FEMCIDI e CIDA. Realizaram-se ações piloto de aprendizado na ação com 120 empresas da América Central e Panamá e seis reuniões nacionais para divulgar os resultados destas ações piloto, as quais contaram com a participação de cerca de 600 representantes de MIPYME, associações de empresas, organismos de apoio técnico e entidades responsáveis pela promoção da MIPYME na região. Como encerramento desta etapa realizou-se uma Reunião de Intercâmbio de Resultados na Costa Rica, em novembro de 2006.

No âmbito do mesmo projeto e com o apoio da Missão Permanente dos Estados Unidos junto à OEA realizaram-se também as seguintes atividades: 1) Participação dos Diretores Nacionais responsáveis pela promoção da MIPYME na América Central e Panamá no Congresso das PMEs das Américas, México, em maio 2006; 2) Seminário Interamericano sobre Participação Competitiva da MIPYME em Compras Governamentais, realizado também no México em maio; 3) Seminário Interamericano sobre Estratégias para o Desenvolvimento da E-MIPYME, Panamá, outubro de 2006. Nesta última oportunidade foi constituída a Rede Interamericana para o Desenvolvimento da E-MIPYME.

- Trabalho

Como Secretaria Técnica da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), o DDSE colaborou com as autoridades da Conferência na implementação do Plano de Ação aprovado pela Décima Quarta CIMT. Neste sentido, o DDSE coordenou uma reunião dos Grupos de Trabalho da Conferência em abril de 2006 na Cidade do México, o que permitiu avançar na consideração dos temas prioritários da CIMT e nos preparativos para a Décima Quinta CIMT a realizar-se em 2007 em Trinidad e Tobago. No âmbito do compromisso renovado de colaboração entre a OEA e a OIT para fortalecer a CIMT, acordado no memorando assinado pelas autoridades superiores de ambos os organismos em agosto de 2005, o DDSE participou da XVI Reunião Regional Americana da OIT, realizada em maio em Brasília e do Fórum Tripartido sobre Emprego no Caribe, patrocinado pela OIT e realizado em outubro de 2006 em Barbados.

Em 2006, com o apoio financeiro do Governo do Canadá, o DDSE implementou a Rede Interamericana de Administração Trabalhista (RIAL), um mecanismo de cooperação e intercâmbio de conhecimentos e experiências relevantes para fortalecer as capacidades humanas e institucionais dos Ministérios do Trabalho do Hemisfério. No âmbito desta iniciativa foram realizados três workshops hemisféricos sobre temas identificados como prioritários pela CIMT: 1) Workshop sobre Saúde e Segurança Ocupacional, realizado em San Salvador, El Salvador, em 16 e 17 de maio. Este workshop, aberto pelo Presidente Elías Antonio Saca, contou com a representação de Ministérios do Trabalho de 23 Estados membros e foi organizado pela DDSE em parceria com a OIT, OPAS e Fundacersto; 2) Workshop sobre intermediação trabalhista e observatórios do mercado de trabalho, realizado em Cocoyoc, México, em 7 de novembro, que reuniu especialistas da CIMT e representantes de COSATE e CEATAL; 3) Workshop sobre direitos trabalhistas dos trabalhadores migrantes, realizado em Ottawa, Canadá, em 28 e 29 de novembro, do qual participaram representantes de 28 Estados membros, membros de COSATE e CEATAL e representantes da OIT, CIDH, OECS, entre outros.

Departamento de Desenvolvimento Sustentável

O Departamento de Desenvolvimento Sustentável é o Departamento da SEDI responsável pela promoção do desenvolvimento sustentável e de uma administração ambiental racional.

Em 2006 participou dos preparativos da Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Autoridades de Alto Nível de Desenvolvimento Sustentável, organizando workshops de preparação técnica. Juntamente com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Departamento realizou um workshop sobre agricultura, florestas e

turismo sustentável na Costa Rica, imediatamente antes da realização conjunta de um Fórum Mundial de Comércio com a OCDE sobre comércio e desenvolvimento sustentável. Na Jamaica, o Departamento organizou um workshop técnico sobre a redução do risco de desastres naturais e no Equador alguns peritos do Hemisfério se reuniram para promover a gestão integrada dos recursos hídricos. O Departamento promoveu também a participação pública antes da reunião, mediante a realização de consultas com a sociedade civil no Panamá, Argentina, Bolívia, Trinidad e Tobago e Estados Unidos por intermédio de um “fórum virtual” operado em colaboração com a fundação *Development Gateway*. Ainda em preparação para a reunião, o Departamento, juntamente com o Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade e de acordo com mandatos constantes da resolução da Assembléia Geral da OEA AG/RES. 2244 (XXXVI-O/06), realizou consultas com o setor privado o qual contribuiu com informações valiosas sobre os temas do programa ministerial. Na reunião ministerial de Santa Cruz, Bolívia, realizada em 4 e 5 de dezembro, foi acordada uma declaração ministerial sobre desenvolvimento sustentável (“Declaração de Santa Cruz +10”), bem como o Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável (PIDS).

Em 2006 redesenhou-se o site do Departamento e continuou a série sobre políticas e outras formas de comunicação.

No total, o programa de projetos externos do Departamento eleva-se a aproximadamente US\$ 70 milhões de apoio total a projetos, inclusive os fundos de contrapartida, com um programa anual de projetos externos de aproximadamente US\$ 8 milhões. As principais atividades do programa são as seguintes:

- Gestão de Recursos Hídricos

O Departamento continuou apoiando o trabalho de promoção da gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos por parte dos Estados membros, concentrando-se principalmente em bacias que se estendem a mais de um país e a zonas costeiras. Os principais projetos são: o Programa de Ação Estratégico para a Bacia Binacional do Rio Bermejo; o Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia do Prata; o Projeto para a Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani; Ações Integradas para o Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e a Gestão Sustentável de Terras no Ecossistema Transfronteiriço do Grande Chaco Americano.

O Departamento participou ativamente dos preparativos e da realização do Quarto Fórum Mundial da Água, realizado na Cidade do México em março de 2006. No período antes da reunião exerceu a presidência da Comissão das Américas, durante dois mandatos, apoiando o diálogo entre diferentes organismos que respaldam a gestão sustentável dos recursos hídricos. Contribuiu também para a avaliação regional de recursos hídricos do Hemisfério, patrocinou diversas sessões que se realizaram durante o próprio Fórum e participou das mesmas.

No período abrangido por este relatório continuou a colaboração com UNESCO-IHP na preparação do primeiro tomo de UNESCO/OEA ISARM, série das Américas “Aquíferos Transfronteiriços das Américas – Avaliação preliminar”. O livro é a primeira tentativa de síntese dos conhecimentos atuais sobre os aquíferos transfronteiriços das Américas. Destina-se

principalmente aos responsáveis pela tomada de decisões e aos organismos regionais e internacionais que participam do desenvolvimento sustentável da região.

- Energia renovável

Um dos objetivos do Departamento é promover a maior utilização de energia renovável e de tecnologias e sistemas que conduzam à eficiência energética. Por intermédio de seu programa Energia Renovável nas Américas (EREA) presta assistência aos Estados membros na formulação de políticas e de reformas normativas, criação de capacidade humana e institucional, assistência técnica e avaliação de recursos, administração de conhecimentos e apoio financeiro. O programa funciona mediante associações mundiais e regionais e atua como secretaria técnica para América Latina e o Caribe da Parceria para a Energia Renovável e a Eficiência Energética (REEEP) e para a associação *Global Village Energy Partnership* (GVEP).

O programa EREA implementou um estudo sobre viabilidade bioenergética em St. Kitts e Nevis (*Bio-energy feasibility study in Saint Kitts e Nevis – Estudo sobre a Viabilidade Bioenergética em Saint Kitts e Nevis*), no qual se examina a possibilidade de transformar a cana de açúcar e dejetos municipais em energia (eletricidade e/ou etanol). Está também preparando um estudo sobre fornecimento de eletricidade com energia solar para escolas rurais em El Salvador e tem mantido relacionamento com altos funcionários do setor energético do México, Guatemala e Dominica para implementar estudos de políticas sobre energia sustentável e para prestar assistência na implementação de reformas de políticas e reformas normativas. Além disso, está em andamento um estudo de viabilidade regional sobre energia geotérmica na zona do Caribe oriental. O Departamento tem trabalhado com Dominica, Santa Lúcia e St. Kitts e Nevis, com recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility*), tentando promover o desenvolvimento comercial deste recurso.

- Gestão de Risco de Desastres Naturais

Neste campo o Departamento tem por missão elaborar projetos destinados a contribuir para a redução da vulnerabilidade aos desastres naturais. Na primeira metade de 2006 prestou apoio técnico ao Órgão Consultivo Conjunto (OC) da Comissão de Segurança Hemisférica e à Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral sobre Redução de Desastres Naturais e Gestão de Riscos. O Órgão Consultivo Conjunto foi criado para trabalhar na implementação das recomendações da Assembléia Geral da OEA sobre desastres naturais e para propor emendas aos estatutos da Convenção Interamericana para Facilitar a Assistência em Casos de Desastre (FONDEM) e da Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN).

De igual modo e com o apoio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI), o Departamento implementou a Rede Interamericana de Mitigação de Desastres e realizou a primeira reunião de pontos focais nacionais em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 3 de dezembro, por ocasião da Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Autoridades de Alto Nível de Desenvolvimento Sustentável.

- Legislação ambiental, políticas e aspectos econômicos

No campo da legislação ambiental, políticas ambientais e economia, o Departamento tem trabalhado nos níveis tanto regional como hemisférico a fim de fortalecer as políticas econômicas, sociais e ambientais, com o objetivo de garantir que as mesmas se reforcem mutuamente e contribuam para o desenvolvimento sustentável. Tem também dispensado atenção à criação de capacidade com relação à gestão ambiental no âmbito da integração econômica e a liberalização do comércio na região.

Em 2006 manteve dois bancos de dados sobre a legislação ambiental da região e publicou os resultados de uma análise sobre as discrepâncias nas prioridades institucionais no setor comercial e ambiental para El Salvador, Honduras e Nicarágua. Está prevista a elaboração de um programa de cooperação que se concentre principalmente nos novos desafios que enfrenta a região como consequência das novas reformas econômicas e comerciais. Além disso, concluiu seu trabalho na região andina, prestando apoio a Colômbia, Equador e Peru para a elaboração de avaliações ambientais nacionais do livre comércio; foram realizadas avaliações semelhantes para a República Dominicana, Trinidad e Tobago e o Panamá. Em associação com participantes de três países do MERCOSUL, o Departamento trabalhou também no estudo das repercussões da produção de soja na sustentabilidade dessa região.

- Gestão da biodiversidade

O programa sobre biodiversidade procura aliviar a pobreza mediante um acesso maior às informações para a adoção de decisões. Dois projetos, a Rede Interamericana de Informações sobre Biodiversidade (IABIN) e a Rede de Áreas Protegidas do Amazonas e dos Andes (AAPAD) propiciam a criação e padronização dos bancos de dados nacionais e subnacionais sobre espécies/espécimes, espécies invasoras, ecossistemas, áreas protegidas e polinizadores, promovem sua interoperabilidade e criam produtos computadorizados com valor agregado. A IABIN concedeu 10 doações para a criação de conteúdo de dados (*Data Content Creation*) destinadas a realizar sessões de capacitação multilíngüe sobre o uso de ferramentas para a criação de dados, a fim de melhorar a capacidade dos países na produção de dados aos quais se possa ter acesso dentro da IABIN. A Rede de Áreas Protegidas do Amazonas e dos Andes criou um sistema de informações destinado a manter um banco de dados na Internet, com informações sobre a situação das áreas protegidas dos oito países que constituem a região da bacia dos Andes – Amazonas.

- Gestão racional dos produtos químicos e outras iniciativas

Em meados de 2006 o Departamento criou duas áreas novas de trabalho. A primeira inclui iniciativas no âmbito do país e no nível regional para fortalecer a gestão racional dos produtos químicos. Este trabalho inclui a melhoria, por nossa parte, do conhecimento dos principais produtos químicos dentro dos países, a fim de identificar os níveis de existências de produtos químicos tóxicos que representam sérios perigos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como a criação de oportunidades para fortalecer a cooperação no nível sub-regional neste campo. A segunda área diz respeito à busca de formas inovadoras de financiamento para o desenvolvimento sustentável, a fim de apoiar atividades dos Estados membros. O trabalho nesta matéria começou

no final de 2006 com a coleta de dados e estudos de casos que contaram com regimes de financiamento inovadores, especialmente mediante o pagamento de serviços ecológicos.

Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade

O Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade (DTTC) é constituído pelas seções de Comércio, Competitividade, Turismo e o Sistema de Informações sobre Comércio Exterior (SICE).

- **Comércio**

Esta área apoia os Estados membros, especialmente as economias menores, no fortalecimento das capacidades de seus recursos humanos e institucionais para participar da implementação e administração de acordos comerciais tanto bilaterais como sub-regionais, bem como para aproveitar os benefícios de mercados ampliados e aumentos nos fluxos de investimento.

Com esse objetivo, em 2006 apoiou o fortalecimento das capacidades institucionais dos Estados membros mediante uma série de seminários, workshops e cursos dirigidos a funcionários governamentais e representantes do setor privado sobre os principais temas da agenda comercial, inclusive os aspectos vinculados com o aproveitamento dos benefícios que possam decorrer do comércio e da integração em áreas tais como serviços e investimento.

Apoiou igualmente os processos de integração econômica e comercial nos níveis regional, sub-regional e bilateral. Com esse objetivo continuou a trabalhar em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Banco Mundial e secretarias de organismos regionais, tais como a CARICOM, SIECA, Comunidade Andina das Nações e a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS). Apoiou também os Estados membros na formulação, programação e execução de projetos de cooperação horizontal na área de comércio. Sob esta modalidade organizou workshops e seminários com o propósito de compartilhar experiências bem-sucedidas na administração dos tratados comerciais, incluindo temas como solução de diferenças, medidas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual.

Além disso, realizou trabalhos analíticos e estudos de política sobre comércio e outros assuntos relacionados com acordos de comércio e integração no Hemisfério, com o propósito de contribuir para uma melhor compreensão destes temas e formulação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento. Prestou também apoio aos esforços dos Estados membros no sentido de aumentar a transparência e promover uma maior participação de setores da sociedade civil no diálogo sobre comércio e integração econômica.

No tema de competitividade deram-se os primeiros passos para promover o diálogo e a cooperação no nível hemisférico no desenvolvimento e implementação das políticas e programas relacionados com este tema. Um dos objetivos fundamentais é promover o intercâmbio de melhores práticas, experiências e enfoques inovadores, bem como assistir aos Estados membros na análise e adaptação de tais práticas às necessidades nacionais específicas de desenvolvimento (dispensando atenção especial às micro, pequenas e médias empresas).

O DCTC promove os vínculos com o setor privado proporcionando apoio ao Fórum do Setor Privado das Américas, que se reúne antes das Assembléias Gerais da OEA e das Cúpulas das Américas. Em 2006 apoiou ativamente a realização do Terceiro Fórum do Setor Privado realizado em São Domingos, República Dominicana, por ocasião do Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA e da Conferência sobre “Agenda de Competitividade para as Américas: Contribuições do Setor Privado ao Desenvolvimento Hemisférico”, realizado em Miami, Flórida, em 4 de dezembro de 2006).

- Turismo

Em 2006 a seção de Turismo continuou apoiando o desenvolvimento das capacidades individuais e institucionais das pequenas empresas de turismo, em conformidade com os mandatos do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Integral (2006-2009). Outra missão fundamental da seção de Turismo é facilitar a realização do Congresso Interamericano de Turismo. Com esse objetivo foram realizados intercâmbios e consultas com os Estados membros, especialmente com o Peru, para determinar as datas e os temas do próximo Congresso.

Ao mesmo tempo continuou o desenvolvimento e aperfeiçoamento do “Manual de Planejamento para Contingências de Riscos Múltiplos”, juntamente com a Agência de Resposta a Desastres e Emergências do Caribe (CDERA), a Associação de Hotéis do Caribe (CHA) e a Organização Caribenha de Turismo (CTO).

No período foram também realizados diversos programas de treinamento nas áreas de administração de rendas e serviços de qualidade ao cliente no Caribe para pequenas empresas de turismo. Na América Latina, também, se continuou dando assistência aos pequenos hotéis e se expandiu e formalizou a Rede Latino-Americana para o desenvolvimento deste setor entre os Estados membros. Além disso, a expansão e atualização do centro virtual de recursos para pequenas empresas turísticas constituiu um componente importante do trabalho da seção em 2006.

Tendo em vista ampliar as parcerias entre o setor público e privado, foram assinados acordos entre a Organização Caribenha de Turismo e a Associação de Hotéis do Caribe para continuar o desenvolvimento das pequenas empresas de turismo, bem como as atividades de capacitação, treinamento e harmonização dos padrões operacionais para a Indústria Turística do Caribe nas áreas de saúde e qualidade do meio ambiente e de serviços.

Como parte dos esforços para assegurar que os Estados membros aproveitem os avanços e benefícios que oferecem as novas tecnologias, foram feitas pesquisas sobre o uso e aplicação de tecnologia no turismo. Os resultados dos trabalhos de pesquisa foram apresentados e discutidos no Simpósio sobre Tecnologias no Turismo, “Levando os destinos turísticos ao futuro,” realizado em Miami, Flórida.

Além disso, em 2006 realizou-se uma missão ao Haiti para obter informações e analisar as necessidades do setor turístico e seu potencial como ferramenta para o desenvolvimento econômico. Em acompanhamento da missão foram elaboradas propostas de projetos para obter

fundos e implementar programas de desenvolvimento das capacidades no Haiti na área de turismo.

- Sistema de Informações sobre Comércio Exterior (SICE)

O Sistema de Informações sobre Comércio Exterior (SICE) tem como objetivo coletar e divulgar informações sobre comércio e integração econômica mediante seu site na Internet (www.sice.oas.org). O SICE proporciona informações atualizadas e completas sobre comércio no Hemisfério nos quatro idiomas oficiais da OEA.

O SICE conta com documentos relativos aos seguintes temas: acordos comerciais e tratados bilaterais de investimento entre os países membros da OEA; processo da ALCA; arbitragem comercial; comércio eletrônico; política de concorrência; propriedade intelectual; obstáculos técnicos ao comércio; serviços; instituições relacionadas com o comércio; informação geral sobre os países; empresas e câmaras de comércio; e dados quantitativos, incluindo fluxos de comércio, tarifas e preços.

No período 2006-2007 o SICE desenvolveu uma seção sobre novidades em matéria de política comercial, a qual inclui anúncios de novidades na área de política comercial nas Américas. Esta seção contém informações relacionadas com as negociações em andamento e com acordos de que participam os países do Hemisfério. O SICE também continuou atualizando as informações do projeto de Centros de Referência Comercial do Caribe para todo a CARICOM, desenvolvido para facilitar o acesso à informação nos temas tratados nas negociações comerciais para aumentar o conhecimento público dos países do Caribe em temas comerciais.